



Nota de Abertura

ROSA NEVES SIMAS



Do Antropocentrismo ao Biocentrismo

Ainda no âmbito do estudo GenARE, Generations of Azoreans and Renewable Energy, que tive o privilégio de coordenar na Universidade dos Açores, em parceria com a MIT Portugal, vamos aprofundar mais a análise de três gerações de açorianos em relação às questões ambientais e energéticas.

Já vimos que, ao comparar a forma como tratam a natureza com o trato dos estrangeiros, 67% da população açoriana acha que os turistas são mais respeitadores, enquanto apenas 7% atribui mais respeito ao povo açoriano, numa região que aposta cada vez mais no turismo de natureza.

Apesar desta auto-avaliação assoladora, os dados também indicam que estamos a passar de uma mentalidade antropocêntrica, que coloca o ser humano no topo da criação, para uma visão biocêntrica, que vê todos os elementos do mundo natural como essenciais à vida do planeta.

Neste quadro, a geração jovem, dos 10 aos 29 anos de idade, é vista como mais bem informada e mais em sintonia com o novo paradigma que coloca a natureza e o bem-estar ambiental no centro da criação.

No entanto, existem tensões e contradições nesta geração, como acontece quando 47% dos jovens inquiridos privilegia a ação humana, concordando que “O progresso e o desenvolvimento têm de prosseguir de qualquer maneira”.

Todavia, o exemplo que mais evidencia a tensão existente, entre o antropocentrismo e biocentrismo, na geração filhos, aparece em relação à afirmação “O ser humano acabará por conhecer o funcionamento da natureza suficientemente bem para a controlar”, quando 34% concorda e 36% discorda. ♦

Caravana pelo Direito à Habitação e à Cidade

A Caravana pelo Direito à habitação e à cidade, finaliza em S. Miguel - 30 de Setembro: 14h30/15h Peddy/rallypaper em Ponta Delgada

LIDIA FERNANDES

A Caravana pelo Direito à Habitação e à Cidade, que teve início na Amadora, no passado dia 8, passando por vários bairros de norte a sul do país, finaliza no dia 30 de Setembro, nos Açores, em São Miguel.

A Caravana surge da necessidade de colmatar a falta de discussão ampla e abrangente sobre a habitação e as cidades, bem como a falta de políticas públicas vinculativas que efetivem estes direitos.

Reunindo moradores e moradores do centro e das periferias de diversas cidades portuguesas, com ativistas de organizações várias, a iniciativa foi animada pela urgência em pensar coletivamente e de forma participada um direito fundamental que pouca representação política tem tido – o direito à habitação e o direito à cidade.

Por cá, embora não seja tão clara a degradação do direito à habitação como a que tem ocorrido em grandes centros urbanos, como é o caso de Lisboa e Porto, afir-



ma-se já uma evidente perda do direito à cidade, assim como às suas zonas costeiras de maior potencial turístico.

Os casos da Calheta Pêro Teive, de São Roque, da Atalhada-Lagoa e do centro de Ponta Delgada são exemplos da urgência e necessidade deste debate.

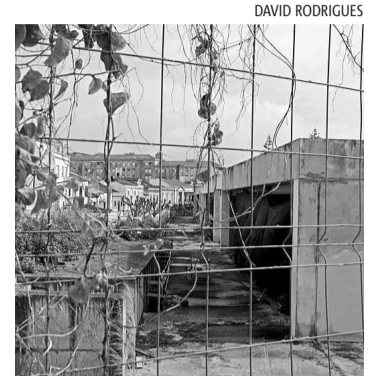
Artigo 65 CRP

Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condi-

ções de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

Direito à cidade:

Reconhecimento que todos e todas nós, na nossa actividade diária, fazemos a cidade, é com o nosso trabalho que ela se desenvolve, e por isso temos o direito a participar nesta, a definir o seu rumo, a participar nas suas escolhas e, sobretudo, a não ser expulsos.



DAVID RODRIGUES



Destaca-se, no programa da Caravana pelo Direito à Habitação e à Cidade, em Ponta Delgada, dia 30 de Setembro:

-Peddy/rallypaper a partir de Ponta Delgada às 14h30/15h

-Forum/debate, 17h30, em São Roque.

Facebook *caravana pelo direito à habitação*

Setembro 2017

Janela sobre o passado...

Se as mudanças e inovações políticas, socioeconómicas, tecnológicas e científicas operadas nos primeiros anos do século XX faziam adivinhar uma transformação do mundo, o impacto da Grande Guerra veio mesmo subverter e revolucionar a ordem internacional e a vida das sociedades. Quando em 1915 as linhas militares se estabilizaram, ficou bem patente que todos os países beligerantes tinham pela frente uma tarefa gigantesca: a de armar e garantir a subsistência de milhões de mobilizados. Para tal, era necessário manter as indústrias e com isto recrutar nova mão de obra. A “feminização da mão de obra” tornou-se, pois, num dos aspetos mais relevantes e controversos da contenda, dada a alteração de comportamentos que provocou. Durante a I Guerra Mundial, as mulheres ocuparam inúmeras ta-



SUSANA SERPA SILVA

refas e lugares, anteriormente impensáveis no tocante à esfera feminina. Algumas sucederam aos maridos tornando-se ferreiras, carpinteiras ou coveiras. Outras passaram a exercer profissões em que era raro encontrar mulheres, como dentistas ou condutoras de ambulância. Nos bancos, nos escritórios e nas fábricas

— especialmente de munições e armamento — as mulheres substituíram os homens. O papel tradicional de género era diariamente posto em causa, o que motivou algumas preocupações. Mas, o esforço de guerra não se compadecia com questões morais ou humanitárias. Em vez de embalarem bebés, muitas operárias produziam e seguravam bombas e granadas... E todos tiveram de reconhecer que sem o contributo feminino o esforço de guerra não teria sido possível! ♦



Mulheres a trabalhar numa indústria bélica.

Fonte: <https://rhistoriadora.wordpress.com/a-participacao-das-mulheres-na-primeira-guerra-mundial/>

susana.pf.silva@uac.pt